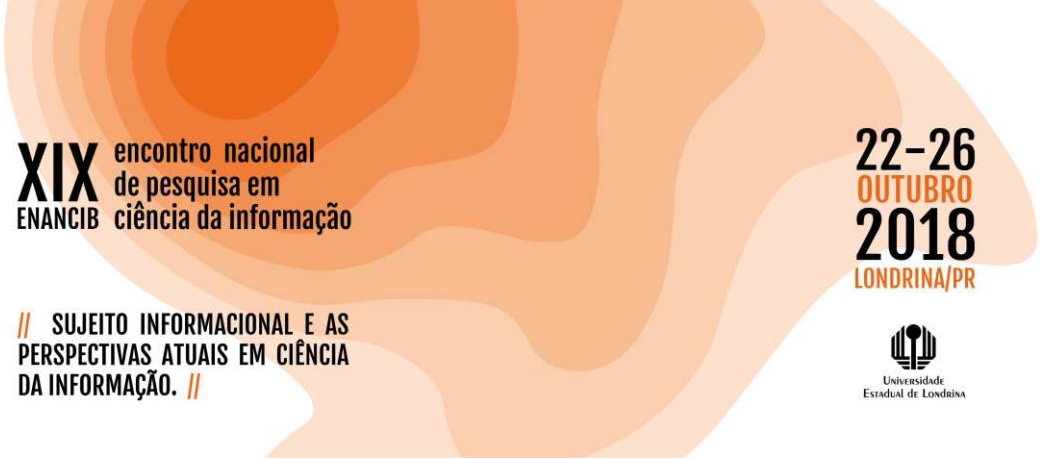




XIX encontro nacional
de pesquisa em
ciência da informação
ENANCIB

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT-5 – Política e Economia da Informação

POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO: ELEMENTOS CONSTITUINTES, DIMENSÕES E ANÁLISE NA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.

Mardochée Ogécime – (Universidade Federal do Minas Gerais)

Maria Aparecida Moura (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

***INFORMATION POLICIES FOR THE INFORMATION AND KNOWLEDGE SOCIETY:
CONSTITUTIVE ELEMENTS, DIMENSIONS AND ANALYSIS IN THE PERSPECTIVE OF
INFORMATION SCIENCE.***

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre as dimensões da sociedade da informação e do conhecimento, assim, também os elementos constituintes, características e abordagens analíticas das políticas de informação na perspectiva da Ciência da Informação. Fundamenta-se no caráter descritivo e analítico dos termos: “sociedade da informação e do conhecimento” e as “políticas de informação” para expor o atributo de intervenção, abordagens e concepção no contexto desse novo modelo de sociedade; e assim, lançar um olhar interdisciplinar sobre as suas propriedades dentro da perspectiva da Ciência da Informação. Para o desenvolvimento do marco teórico, baseia-se numa análise teórica. Através de uma abordagem dedutiva, se realiza uma análise sistemática para a descrição da particularidade da temática na perspectiva da área. As direções das políticas de informação apostam pela sociedade da informação e do conhecimento como uma das ações-chave de desenvolvimento para potencializar o crescimento, a competitividade e o emprego. O estudo das políticas de informação, na perspectiva das Ciências da Informação, se caracteriza por uma série de paradigmas dominantes que são para si próprios, produto de cursos analíticos mais amplos: efeitos e funcionalismo, ideologia, audiências/consumo, pragmatismo, entre outros.

Palavras-Chave: Políticas de Informação; Sociedade da Informação e do Conhecimento; Análises das Políticas de Informação; Desenvolvimento Territorial.

Abstract: This article presents a reflection about the dimensions of the information and knowledge society, as well as the constituent elements, characteristics and analytical approaches of information policies from the perspective of Information Science. It is based on the descriptive and analytical

character of the terms "information and knowledge society" and "information policies" to expose the attribute of intervention, approaches and conception in the context of this new model of society; and thus, to launch an interdisciplinary look at their properties within the perspective of Information Science. For the development of the theoretical framework, it is based on a theoretical analysis. Through a deductive approach, a systematic analysis is realized to describe the particularity of the thematic from the perspective of the area. The directions of information policies are committed by the information and knowledge society as one of the key development actions to boost growth, competitiveness and employment. The study of information policies in the perspective of Information Sciences is characterized by a series of dominant paradigms that are for themselves, the product of broader analytical courses: effects and functionalism, ideology, audiences / consumption, pragmatism, among others.

Keywords: Information Policies; Information and Knowledge Society; Information Policy Analysis; Territorial Development.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é atravessada por inúmeras mudanças, sendo relevante a que se relaciona com a mudança fundamental no ambiente informacional, o que levou à premissa da existência de um novo paradigma de sociedade baseada, essencialmente, na Informação; daí a designação de Sociedade da Informação (Sociedade do Conhecimento na medida em que a informação seja um meio de produção/disseminação de Conhecimento). Este novo modelo de sociedade se assenta em novos quadros de desenvolvimento econômico, social e cultural decorrente do processo de globalização nos países, o qual considera a forma como eles estabelecem as suas relações, que sejam de natureza econômica, política, social e/ou cultural.

No cenário global, a informação tornou-se um dos principais recursos para a superação de desigualdades, de agregação de valor, criação de emprego qualificado e de propagação do bem-estar. Essa nova situação tem reflexos no sistema econômico e político. A soberania e a autonomia dos países passam mundialmente por uma nova leitura, e sua manutenção essencial depende manifestamente do conhecimento, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico.

A emergência da sociedade da informação pressupõe a tomada de consciência dos governos, das organizações e da sociedade civil de que devem se articular para garantir que seus benefícios possam ser efetivamente alcançados. O advento deste paradigma institui o fundamento de novas formas de organização e de produção em escala mundial, redefinindo a inserção dos países na sociedade internacional e no sistema econômico mundial. Além disso, ele acarreta como consequência, o surgimento de novas demandas dirigidas ao poder público no que constitui o seu próprio funcionamento.

Sob esse prisma, supõe-se para a governança local que o desenvolvimento neste novo modelo de sociedade compreende uma gestão eficiente dos serviços e sistemas de informação, e o uso de tecnologias necessárias a eles. A criação e manutenção de serviços equitativos e universais de atendimento ao cidadão encontram-se entre as iniciativas prioritárias da ação pública. Ao mesmo tempo, cabe ao sistema político promover políticas de inclusão social, para que os saltos técnicos e tecnológicos tenham paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões humana, econômica e política.

Entretanto, como projeto político idealizado, consensuado e pactuado globalmente e de implementação local, as iniciativas dessas envergaduras determinam uma estrutura desigual tanto nos parâmetros de aproximação como nas suas métricas de labelização para esse modelo dominante de sociedade. Também, na sua inserção na globalização; como perversidade (SANTOS, 2012), elas impactam a estrutura social das nações, fomentando a adoção de práticas socioculturais e de regimes políticos e informacionais característicos do ocidente, e as brechas entre as nações.

Portanto, no intuito de entender as dimensões socioculturais e econômicas desse modelo de sociedade e as diversas abordagens de domínio e de intervenção política sobre os seus conceitos pilares: 'informação e conhecimento', este artigo propõe apresentar os contextos da sociedade da informação e do conhecimento e os seus impactos sobre a realidade local no seu empreendimento de vetor de desenvolvimento territorial. Para a transversalidade dos conceitos aqui envolvidos propõe-se uma abordagem interdisciplinar do fenômeno da sociedade da informação e do conhecimento e as questões de identificação de fronteiras epistemológicas, visa-se identificar os elementos constituintes e analíticos das perspectivas políticas da/para e pela informação a partir da Ciência da Informação.

2 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO E SEUS CONTEXTOS

Basicamente, não há um consenso sobre a noção de "Sociedade da Informação" ou "Sociedade do Conhecimento". A partir dos anos 1970, esses termos começam a considerar-se como um ponto de partida da consciência sobre um novo modelo de sociedade em que as possíveis relações entre informação e política, como entre economia e conhecimento não foram mais relações lexicais senão relações culturais, históricas, construídas e mutáveis (GONZÁLEZ De GÓMEZ, 2011).

Desse ângulo, a informação tem-se visto, especificamente, além da ordem da cultura, da economia e da política, como um domínio da atividade humana: tal como a tecnologia, a ciência, a educação. Como marcador sociocultural, econômico e político, ela supõe a relativização das noções espaço e tempo. E, a sua geração, armazenamento e processamento passam ter auge relevante na vida cotidiana. Desta forma, ela passa ser entendida como conhecimento acumulado de forma comunicável. Desde a abordagem interparadigmática focando no sujeito, nas instituições e nos processos, ela se torna a base de todo desenvolvimento; seja econômico, político e social (SEBASTIÁN *et al.*, 2000).

Desde essa concepção, os estudos sobre a informação se preocupam em entendê-la como um **processo** cíclico (BUCKLAND, 1991). Para isso, ela precisa de uma convergência de elementos, que bem organizados e sistematizados, podem transformar e tornar-se um bem comum para a sociedade; garantindo aos indivíduos a possibilidade de resolver os seus problemas.

No entanto, é importante ressaltar que, na contemporaneidade, a transversalidade da noção da informação abrange os estudos multifacetados e multidirecionais de suas variáveis de intervenção. Das fronteiras epistemológicas e interdisciplinares na perspectiva da Ciência da informação, ela é caracterizada pelo (a) seu/sua: “[...] papel, âmbito, nível, canal e acessibilidade [...]” (MONTVILOFF, 1990; apud OGEICIME, 2016, p. 29).

Essa visão, mesmo contundente para qualquer plano nacional de desenvolvimento, apela para a necessidade real de adotar todas as novas formas de gestão eficaz dos recursos de informação e, ao mesmo tempo, alerta um perigo eminente. De acordo com García Marco (1998, p. 306),

[...] podemos dizer com total certeza que um entendimento deficiente do conceito da informação pode colocar em perigo todo o nosso trabalho como cientistas, profissionais ou docentes dedicados à otimização da circulação social da informação. Esse perigo pode-se acontecer erradamente, mas também, e mais frequentemente, pela omissão, como consequência de uma visão excessivamente simplista do que é informação e, portanto, é de nosso papel como cooperadores na otimização de sua circulação social. [...], mas seu uso científico não é, paradoxalmente, muito mais sistematizado. Tem sido dito que nosso entendimento sobre a informação na chamada 'Era da Informação' é semelhante ao entendimento dos homens da Idade do Ferro diante o fenômeno do Ferro: Sabe-se fazer uso, mas é incapaz de defini-lo.

Outrossim, pelo contexto da cidadania moderna, entende-se que um público informado é o coração das instituições democráticas (CHARTRAND, 1986). Contudo, como

elemento do modernismo e pós-modernismo na sociedade globalizada, a informação está relacionada com questões de poder, tornando-se uma preocupação econômica e social, um símbolo dialético de independência e dominação política, cultural ou comercial, de integração ou de exclusão (MACIEL; ALBAGLI, 2011). A informação constitui fundamentalmente um recurso estratégico para a competitividade das nações. A Sociedade da Informação aparece, portanto, como um *slogan* que mascara uma realidade feita de segredos e manipulações aos serviços das forças protagonistas. Da mesma forma, o idealismo dá lugar à dúvida, e generalizando-se o desenvolvimento dos processos globais de vigilância (BAUMAN, 2013).

2.1 O Significado da Sociedade da Informação na Sociedade Globalizada

Da abrangência da informação como recurso de inúmeros valores simbólicos, analisada no contexto mais amplo das atuais mudanças na economia e na sociedade, o termo "Sociedade da Informação" surgiu para caracterizar as mudanças, tanto no âmbito político, na comunicação, como na linguagem cotidiana. No entanto, nem a definição nem a sua relevância são unânimes entre os pesquisadores.

No intuito de ilustrar brevemente as origens da noção de "Sociedade da Informação", três ângulos de análise estão imersos: a sociedade da informação como uma transição econômica (CASTELLS, 2011), projeto político (SEBASTIÁN *et al.*; 2000) e normas sociais (SCHOFIELD; SZYMANSKI, 2011; LE MOËNNE, 2018). Neste contexto, não se procura demonstrar, particularmente, como cada uma dessas perspectivas molda a estrutura social nos tempos modernos, mas, empreender o significado e o contexto do uso da informação como matéria-prima nas operações diárias das nações e também, como a expressão da renovação das práticas e dinâmicas socio-organizacionais e políticas.

De acordo com Martínez Sánchez (2007), a sociedade da informação resultou de um movimento de duas correntes ideológicas: uma nos Estados Unidos da América e outra, na Europa. Ela se deu num contexto em que a certeza da ciência e os supostos benefícios da tecnologia foram postos em dúvida. Essas duas correntes ideológicas lidam com a dimensão social da ciência e da tecnologia, cada uma com suas diferenças em foco e objetivo. Para a corrente europeia, seu principal interesse relaciona-se com fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, que por sua vez condicionam a construção da ciência e da tecnologia. Portanto, para a corrente norte-americana, esses fatores sociais são produto da ciência e da

tecnologia e, conseqüentemente, enfatiza as conseqüências sociais e as influências das inovações tecnológicas de uma perspectiva mais prática (OGÉCIME, 2016).

Como marca da transformação socioeconômica da sociedade globalizada, o pesquisador Moore (2014) destaca que na sociedade da informação a maior parte do PIB de um país pode ser gerada pelo setor da informação, superando assim os demais setores da economia; na qual a grande parte da população economicamente ativa trabalha em atividades relacionadas com a produção, a comercialização, os serviços e sistemas de informação. Nessas sociedades, os padrões de vida, normas de trabalho, o sistema educativo e o mercado são fortemente influenciados pelos avanços da informação e do conhecimento; isso é evidenciado por um incremento nos produtos e serviços de informação, os quais são comunicados por meios eletrônicos (MARTIN, 2002).

Do ‘informacionalismo’ do Castells (2011), relaciona-se à Sociedade da Informação num país, o uso das principais tecnologias da Informação e Comunicação, tais como: telefone celular, computador e Internet, entre outras. A atenção tem sido colocada sobre esta última, que se tornou o principal indicador que tem universalizado o conceito da inclusão à Sociedade da Informação onde o setor das telecomunicações é primordial para seu desenvolvimento.

Nesse estrato, a sociedade da informação passa englobar uma série de aspectos, dentre os quais: a globalização, o desequilíbrio tecnológico e a aceleração na produção de novas tecnologias. A globalização, neste sentido, se relaciona a uma realidade que envolve uma certa interdependência econômica, a eliminação de barreiras econômicas para o livre trânsito/circulação de recursos, trabalhos e capitais e, o desequilíbrio informático que institui uma assimetria na globalização da circulação da informação.

2.2 Contexto Econômico da Sociedade da Informação

As profundas transformações socioculturais, tecnológicas e globais resultam em um mundo interconectado e competitivo. Da consideração da informação como matéria prima, o conhecimento tem-se tornado em um fator determinante pelo desenvolvimento econômico e social. O aumento dos fluxos comerciais e de capitais, assim como o uso intensivo de tecnologia e informação, exige às sociedades e economias uma dinâmica contínua para competir em um mundo onde a criação, uso e disseminação do conhecimento são cada vez mais difundidos e determinantes.

Do Estado-Informacional de Braman (2004) e o Estado-Rede de Castells (2011), mostram-se exatamente como as considerações lexicais das novas noções como 'nova economia' e 'economia do conhecimento' sustentam e fomentam as bases e as evidências políticas do advento de uma nova era, bem compreensível como efeito pós-modernista nas práticas sociais, onde o conhecimento se torna o centro da situação financeira das sociedades.

Esse novo conceito de economia se baseia no reconhecimento do papel preponderante que a tecnologia e o conhecimento desempenham no crescimento econômico. Nele, entende-se que o conhecimento é criado, adquirido, transmitido e utilizado de forma mais eficaz pelos indivíduos, organizações e comunidades para promover tanto a competitividade como o desenvolvimento econômico e social. Ela é uma economia global e tem a internet como base tecnológica. Essa base tecnológica se sustenta na convergência das tecnologias da informação e comunicação de base microeletrônica e tem uma forma central de organização cada vez maior, que é a internet. Portanto, a internet não é simplesmente uma tecnologia, mas, também, uma forma de organização da atividade humana.

De acordo com o Banco Mundial (WORLD BANK, 2007), para apreender o valor da informação como um recurso para a “inteligência orgânica”, o conhecimento deve estar no centro da estratégia baseada em quatro pilares: “a base educacional e de formação e capacitação nacional; a infraestrutura de acesso à informação e telecomunicações; o sistema de inovação; as estruturas institucionais, de governança e de negócios”.

Neste modelo de sociedade, as TIC, tendo como elemento preponderante a internet, constituem o eixo central para a busca, avaliação, armazenamento, criação da informação e a produção do conhecimento para as demandas em contexto. Nas práticas informacionais e mediações tecnológicas, as TIC protagonizam o enorme processo de transformação econômica e social. Os efeitos que a difusão dessas tecnologias produzem sobre o resto dos setores econômicos impactam a vida das sociedades, dando-lhes a oportunidade de alcançar um percurso mais democrático, e ao mesmo tempo, evidenciam a ampliação da exclusão entre as comunidades, sociedades e nações.

Também, sob efeito do capitalismo, em todas as suas expressões, vale considerar que essa nova economia não se desfaz da ideologia dominante sustentada pela democracia liberal e a economia de livre mercado. Consequentemente, uma transformação crucial vem ocorrendo, com a substituição progressiva dos chamados 'valores coletivos e públicos' tradicionalmente coordenados e mediados pelo Estado, pelos 'valores individuais e

empresariais’. Nesse contexto, as sociedades tendem, cada vez mais, a ter muitos dos seus aspectos regulados pelo mercado em vez do Estado (BOLAÑO; MASTRINI; SIERRA, 2005). Daí pode-se perguntar: Pode o mercado, no entanto, como uma organização social, expandir e aprofundar a democracia?

Uma dessas transformações é a criação, uso, difusão e extensão da ‘rede das redes’, a Internet. Hoje as questões ligadas a sua governança, não podem ser consideradas, de nenhuma maneira, como um problema exclusivo de empresários vanguardistas, industriais ou pesquisadores universitários que acostumam especular sobre os possíveis limites da economia digital e as transformações sociais que acompanham o advento da sociedade da informação. De uma abordagem mais ampla, hoje, a internet e a sua governança se consideram como um assunto de Estado, uma questão de interesse público para a cidadania.

2.3 A Sociedade da Informação e do Conhecimento e o Desenvolvimento Territorial

A sociedade da informação e do conhecimento rompe com as práticas tradicionais; a sua aplicação, ao nível local, está em constante contradição com uma das características dos territórios, isto é, o peso do social, da história e das culturas. Um dos fatores de explicação mais relevante desse fato está relacionado ao lugar do Estado. A noção da sociedade da informação se insere no marco de uma política pública nacional que se manifesta na década de 1990 através de várias ações: um plano de ação do governo, um plano de ação ministerial, a preparação de um marco regulamentar, uma consulta pública, entre outras. Esses elementos são, no entanto, excêntricos à vida local (OVERMAN, CAHILL, 1990; BENDER, 1993; DOMÍNGUEZ ARTEAGA, 2009).

A noção atende ao ceticismo ou, às vezes, à reação de resistência à mudança por parte dos usuários de novas tecnologias e, mais especificamente, da internet ou de serviços de telecomunicações. Essas resistências, para retomar uma expressão da sociologia dos usos, baseiam-se em vários argumentos, tais como: o investimento financeiro em relação à rápida obsolescência dos dispositivos tecnológicos, em termos de tempo e habilidades em comparação com os resultados que aparecem geralmente desfocados, a falta de sociabilidade e de tempo de apropriação provocado pela rapidez das novas técnicas (SANTAELLA, 2007; TRIVINHO, 2007).

A noção de sociedade da informação e do conhecimento tem uma dimensão econômica que avoca as preocupações dos decisores e iniciativas locais. A questão que se

aborda sempre é saber como as técnicas de informação e de comunicação podem auxiliar um plano de desenvolvimento local de um território. A forma como as comunidades locais se apropriam desta questão é indicativa da evolução territorial e, especialmente, das políticas locais (CANCLINI, 2004). De fato, uma das orientações lideradas pelos atores locais se assenta sobre o papel que desempenham a Educação/formação e a pesquisa no desenvolvimento local (MALINVAUD, 1994; SEN, 2000). Mas, para que as relações entre esses três indicadores: Formação, Pesquisa e Economia local, se considerarem como fontes e matrizes de produção de riqueza, elas têm que ser de naturezas transformadoras e orientadas para a ação.

Isto corresponde às contradições da sociedade da informação e do conhecimento; o desenvolvimento territorial passa menos pela instalação de novas empresas ou dispositivos socioculturais e tecnológicos em um território que pela proximidade física que os atores possam manter e favorecer (CANCLINI, 2004). Neste sentido, é necessário que a noção de sociedade da informação e do conhecimento se desenvolva numa perspectiva mais humanista, enfatizando sobre a dimensão social da inovação, o papel das autoridades locais na capacidade de organizar o tecido social de relações e parcerias.

A sociedade da informação e do conhecimento marca, também, novas formas de territorialização da atividade social e organizacional. Conforme as recentes experiências do atual regime político dominante, ela se assenta sobre uma profunda e constante transformação do Estado em vários aspectos; pois, a política pública neste campo é diferente da dos anos 60: o Estado-operador deixou lugar cada vez mais ao “Estado heterogêneo” (SANTOS, 1994), “Estado labiríntico” (RUIVO, 2000), “Estado avaliador” (HENKEL, 1991), “Estado animador” (DONZELOT E ESTÈBE, 1994), “Estado sábio” (MASSARDIER, 1996), “Estado parceiro” (SCHWEYER, 1996), e o “Estado empreendedor” (MAZZUCATO, 2014).

Esse fato resulta em uma forte política de labelização implementada em várias direções: a labelização dos espaços públicos digitais que se amplia pela criação de espaços públicos digitais de proximidade criados nos subúrbios ou em áreas rurais; a labelização de 'cidades-internet' mais conhecidas como 'cidades inteligentes', que enfatiza o compromisso das autoridades locais na prestação de locais de consulta. A labelização existe também no campo da Educação com a criação de escolas e estabelecimento em constante absorção de novas regulamentações.

3 AS POLÍTICAS NACIONAIS DE INFORMAÇÃO PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO.

As três últimas revoluções industriais agregam à definição do atravessamento da noção da informação novas direções políticas como marco estratégico dos estados, empresas e organizações. Essa visão define um novo paradigma político focado, essencialmente, sobre a adaptação das estratégias nacionais de desenvolvimento aos novos métodos de fornecimento e uso de recursos de informação.

Sob esse prisma, os decisores reconhecem cada vez mais que a adequação dos recursos e serviços de informação para as necessidades econômicas, sociais e políticas depende da eficácia e eficiência de seus planejamentos e iniciativas. Dessa abordagem surge um crescente interesse na formulação de políticas de informação que orientam o desenvolvimento das atividades de informação em diversos países do mundo. Infelizmente, esta atitude tomada por alguns governos, organizações e blocos político-econômicos, tais como: os Estados Unidos da América, União Europeia, Cuba, entre outros, há vários anos, é apenas emergente em outros países e tem se fortalecido nas últimas décadas.

No ocidente, o período pós-segunda guerra mundial marcou o início da definição formal de políticas nacionais de informação na direção em que o acesso à informação científica e tecnológica passa a ocupar um lugar central no desenvolvimento econômico, sendo um pilar da inovação e condição para a competitividade. Este movimento encontra o seu vértice num documento conhecido como Relatório Weinberg, intitulado “Science, government, and information: the responsibilities of the technical community and the government in the transfer of information, tendo como relator Alvin M. Weinberg, diretor do Oak Ridge National Laboratory” nos Estados Unidos da América (TERRA, 2013).

Essa concepção de política para a informação foi adaptada por várias instituições internacionais, dentre as quais a UNESCO (2003) que promoveu os serviços de informação através da criação de uma estrutura burocrática, incluindo serviços descentralizados e coordenados por um órgão de tutela, visando a configuração de um sistema em rede, e programas de execução específicos. E, dessas iniciativas, pode-se apontar as influências das orientações e avaliações dos desafios que se criam, quando as políticas e práticas nacionais escondem a preservação de privilégios e desigualdades que negam a democratização da cultura e a realização da cidadania. Neste caso, o aspecto mais relevante a ser ressaltado se

relaciona ao problema fundamental do ocidentalismo, eurocentrismo ou americanismo presente ou subjacente nas diretrizes e realizações dessas agências (EVANGELISTA, 1999).

Diante do desafio das necessidades de apropriação, acesso, disponibilidade, uso da informação e sua comunicação neste modelo de sociedade globalizada, tais iniciativas supõem, antes de tudo, um marco regulamentar consistente e eficaz, um governo ao alcance da cidadania e disposto à mudança com o uso de novas tecnologias, a possibilidade de contar com recursos e sistemas de informação eficientes, mas também um grande esforço em qualificar os indivíduos em relação à cultura da informação e, pleitear com isso, a inclusão na economia do conhecimento que esse modelo de sociedade está experimentando.

3.1 Política, Políticas de Informação e Políticas Nacionais de Informação.

No âmbito da Ciência da Informação, a noção da política, como noção-interventora sobre os domínios, estratos e modalidades das ações de informação num regime de informação (UNGER; FREIRE, 2008; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, 2003), atravessa uma perspectiva tradicional herdada do positivismo, pois a Ciência da Informação, de acordo com Borko (1968, p. 1), “[...] é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima”.

Por esse motivo, a noção da política para a Ciência da Informação não deve ficar vinculada apenas a uma concepção posta pelo modelo positivista de Ciência. De fato, é importante considerar a multidisciplinaridade sobre o próprio termo, subordinado ao estudo do dinamismo informacional da contemporaneidade que, a sua vez, se caracteriza por uma extrema variedade (OVERMAN, CAHILL, 1990; BENDER, 1993; BRAMAN, 2004).

Com isso, a dimensão plural das aceitações sobre a noção política, nesta área de conhecimento, e a complexidade das relações de poderes, neste contexto, apelam à sua raiz inglesa para identificar as nuances do termo e evidenciar da melhor forma a sua inserção nas estruturas teóricas mais ou menos explícitas, como novas configurações nos processos de produção, organização e uso da informação. Pois, num estudo associado à informação e seus fenômenos, é conveniente não perder vista a essa abordagem. Independentemente da abordagem que se queira dar à questão, é necessário distinguir e considerar ao mesmo tempo “[...] a dimensão institucional ‘polity’; o quadro da dimensão processual ‘politics’ e a dimensão material ‘policy’”. (FREY, 2000; apud. RODRIGUES, 2012, p. 26).

Em grande medida, como na que se assenta o compromisso do Estado, a dimensão e esfera da noção da política podem ser entendidas como a gestão do Estado, suas intenções e suas ambições (DYE, 2005; OGECIME, 2016); uma espécie de poder organizado pela/para a comunidade nacional ou internacional; é, também, a arte de dominar ou controlar um real coletivo (PHILIPPE, 2018); embora que a realidade não seja independente do seu desenvolvimento linguístico-discursivo, teórico, cultural ou histórico. Ela é articulada a partir de uma construção e um conjunto de mediações entre sujeitos e agências. Contudo, a noção de política, aqui em discussão, não se embarca necessariamente e completamente pelas mediações do pensamento, intenção e ação, para a sua necessidade de responder ao imediatismo do real.

Sob essa perspectiva, a noção da política como iniciativa de intervenção de uma entidade/agência decisória sobre uma realidade social se materializa e usa, através de iniciativas, planos, projetos, programas e instrumentos tecnicamente e praticamente políticos para implementar-se. E, conforme aos instrumentos para a sua implementação, eles podem ser contidos em: "instrumentos legais (Constituição, leis e decretos do Parlamento, regulamentos, tratados internacionais, etc.) e instrumentos profissionais (códigos de conduta, ética, etc.) e instrumentos culturais (costumes, crenças, tradições, valores sociais, etc.)". (MONTVILOFF, 1990; apud. OGECIME, 2016, p. 43).

No contexto da cidadania do século XXI e da condição moderna de civilização, as políticas de informação desempenham uma função preponderante para o Estado de direito; não pode haver vigência do Estado de direito sem 'Direito à informação'; pois, é sobre isso que emana o compromisso da liberdade de pensamento, de expressão e o direito à vida privada. Sem o direito à informação, tampouco seria possível o controle cidadão da gestão pública.

Em uma sociedade, discursivamente, cada vez mais globalizada e sob o pleno e constante efeito de uma mudança radical na estrutura das organizações, onde as tecnologias passam a ter um papel estratégico preponderante, não se devem considerar apenas as políticas de informação relacionadas com os arquivos e bibliotecas, mas também aquelas políticas dos campos convergentes, como as das tecnologias da informação e telecomunicações.

Desta concepção, as políticas de informação devem cobrir os planos nacionais de desenvolvimento que contemplam os programas de saúde, educação, cultura, economia,

agricultura, alfabetização em informação e a produção de conteúdo, e o bem-estar geral. Pois, se a informação é um recurso de desenvolvimento, crucial para todos os indivíduos, grupos sociais e organizações; então a sua transversalidade em todos os campos convergentes requer uma sinergia que augura as melhores práticas e resultados das iniciativas concebidas em prol do progresso (MORALES CAMPOS, 1999).

O estudo das políticas de informação, mencionado por Browne (1997) como campo disciplinar modernista, mostra que estão relacionadas às políticas públicas, e define o seu âmbito de ação como a atividade investida dos poderes públicos. Nesta perspectiva, entende-se que para satisfazer as demandas de todos os setores da vida social do indivíduo, as políticas de informação supõem o estudo das orientações e diretrizes que regem a atuação dos diferentes setores ou grupos da sociedade na transferência da informação, sua disponibilidade, seu acesso e recuperação como meio de comunicação de informação entre pessoas e entidades geradoras e usuários da informação (OGECIME, 2016).

3.2 Pesquisa em Políticas de Informação: um Campo de Estudo Extenso e um Domínio

A noção das políticas de informação causa certas dúvidas no que permeia as atividades relacionadas às mesmas; partindo da sua concepção à sua aplicação, ela conota complexidade. Os conceitos que sustentam os seus estudos se apresentam com um alto grau de "pluralismo teórico"; pois existe, portanto, grande confusão sobre a própria noção de "política", que numa prática social, carrega um imperativo intersubjetivo na comunicação das consciências individuais (SÁNCHEZ VANDERKAST, 2005).

Muitos cientistas do campo da Ciência da Informação consideram que o empreendimento de um estudo sobre políticas de informação é muito complexo; o que implica uma certa dificuldade para formular uma política consistente e coerente conforme à realidade de um país. Embora haja exceções; por exemplo, nos Estados Unidos, "mais de 225 leis relacionadas a várias facetas de políticas de informação já haviam aparecido desde 1977 e, durante esse período, a atenção dada a elas estava em ascensão" (CHARTRAND, 1986, p. 10).

Nota-se um amplo consenso sobre a ideia de que o estudo das políticas de informação pode ser realizado a partir de diferentes perspectivas, ótica, visões, fases de instrumentação ou impacto na sociedade (CHARTRAND, 1986; BENDER, 1993; SEBASTÍAN *et al.*, 2000; WEBSTER, 2002; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002; BRAMAN, 1989, 2004; SÁNCHEZ VANDERKAST,

2005; DOMÍNGUEZ ARTEAGA, 2009; OGÉCIME, 2016). E, todas são concentradas em grupos de políticas, subtemas ou categorias em que se trata de abordar e incluir a noção da política da informação conforme a suas perspectivas (DOSA, 1997).

O cientista da informação Sánchez Vanderkast (2005) destacou o autor destacou a análise paradigmática de Browne (1997), no qual se aborda o valor crítico e paradigmático para o estudo das políticas. Conforme o autor, deve-se analisar o sistema de valores que institui o lugar de fala do pesquisador; pois o seu sistema de valores pode influir/intervir na gestação, concepção e formulação de uma política. Então, pode-se perguntar: Como e onde se constroem esses valores? Quais são os valores do pesquisador? e que papel esses valores desempenham na sua pesquisa? para poder confrontar e entender metodologicamente os seus métodos.

Partindo de uma abordagem interdisciplinar, o autor ressalta os diferentes métodos de coleta de dados, identificados entre 1984 e 2004, adotados pelos pesquisadores para abarcar a análise das políticas de informação. Dentre os dados encontrados estão: análise paradigmática (BROWNE, 1997); valores no discurso (WEBSTER, 2002); análise de valores em políticas de informação (OVERMAN; CAHILL, 1990); análise dos protagonistas (BURGOYNE, 1994); Natureza da sociedade (EISENSCHITZ, 1993).

Esses dados, coletados de uma forma sistemática, servem, gradualmente, para construir, evidenciar e fazer previsões, explicações, interpretações e aplicações, e ajudar a gerar conhecimento minucioso sobre a análise das referidas políticas. Isso gera na ciência, uma certa constância na descoberta de novos elementos que permitem a construção e a consolidação de uma abordagem teórica robusta (SÁNCHEZ VANDERKAST, 2005). Conforme o autor, em virtude do fato do estudo das políticas de informação não desperta um interesse transversal como em outras temáticas, se pode propor metodologias mais originais para realizar pesquisas. Pois, a metodologia de pesquisa sobre as políticas de informação determina-se numa flexibilidade sistemática conforme os critérios predefinidos e de interesse.

Além disso, as políticas de informação seguem sendo um campo de estudo pouco atraente para os profissionais da área da informação devido que elas abrangem múltiplas aristas (SÁNCHEZ VANDERKAST, 2005). Também, é deixado de ser abordado no âmbito do Estado, como um plano de ação integrado; pois os interesses já consolidados nas iniciativas anteriores pelo neoliberalismo não acharem as coerências para um mundo que se orienta por uma perspectiva global. E, ainda, surgem algumas interpretações que focam na atuação de

alguns pesquisadores e cientistas que exorbitam demais o caráter flexível e particular das políticas de informação.

Para as atuais transformações socioculturais, político-econômicas, é necessário a implementação de uma série de políticas para garantir que os serviços e sistemas estratégicos de informação sejam desenvolvidos da melhor maneira possível (MOORE, 1993). Por tanto, é importante considerar o trabalho de classificação realizado por Rowlands (1996). De acordo com o autor, o estudo das políticas de informação pode-se agrupar na seguinte forma: “[...] A proteção da informação que abrange a segurança nacional; o mercado da informação; a radiodifusão e as telecomunicações; o acesso a informação governamental; a sociedade da informação e infraestrutura” (ROWLANDS, 1996, p. 18).

Dessa abrangência da análise das políticas de informação, podem-se considerar três tendências em que se assentam a necessidade urgente da elaboração de um quadro político que possa apoiar o uso eficiente da informação como um recurso econômico, social e político nacional: a expansão das indústrias da informação; o crescimento do uso da informação como um recurso corporativo; o uso da informação como um elemento da cidadania.

As políticas de informação precisam abranger um número de áreas diferentes, cada uma das quais supõe considerar os efeitos da rápida mudança tecnológica. Neste sentido, tornou-se necessário desenvolver um conjunto de políticas que se preocupem com cada aspecto particular da informação e os seus usos. Nesse sentido, é sempre importante especificar, à primeira vista, as áreas a serem cobertas pelas políticas.

De acordo com Moore (1993), é possível analisar as necessidades de políticas em três níveis: o industrial, o organizacional e o social. O nível social das políticas de informação abrange essa responsabilidade que os indivíduos tenham acesso à informação que necessitam para desempenhar o seu papel de cidadão na sociedade e para aproveitar o benefício da sociedade da informação e do conhecimento. O autor identifica também cinco elementos comuns a cada um desses níveis: Tecnologia da Informação, engenharia da informação, mercado da informação, recursos humanos e legislação e regulamentação.

Da complexidade das políticas de informação, entende-se que, para empreender à análise das mesmas, é necessário o uso de esquemas e/ou instrumentos que permitem representar as situações de maneira específica (SÁNCHEZ VANDERKAST, 2005). Contudo, além do panorama vislumbrado, muitos autores têm assumido estudos das políticas de informação,

no âmbito do Estado e de blocos político-econômicos, em que se assenta um plano integrado de desenvolvimento pelo setor da informação.

Neste contexto, é fundamental colocar ênfase sobre o trabalho de Bender (1993) sobre os países e nações europeus, em que propõe analisar as políticas de informação desde os assuntos da: “Tecnologias da informação; fronteiras da informação; proteção de Dados; direitos intelectuais; indústria da informação, público e privado; informação científica e técnica; telecomunicações; standardização do uso da informação e educação e Formação”. (BENDER, 1993, p.214).

As nações do mundo têm se entrelaçado numa sociedade globalizada, onde as noções de crescimento e prosperidade dependem das melhores políticas e práticas socioculturais cujas aplicações ficam cimentadas a um âmbito internacional independentemente das condições e realidades locais. Não obstante, supõe que muitas das melhores práticas são documentadas em informação nas bibliotecas, centros de arquivos e de informação e nos sistemas globais de informação. Para tratar e apropriar dessas informações da melhor forma possível, tornou-se fundamental considerá-las de uma maneira diferente, como um recurso global de governança (MONTVILOFF, 1990; OVERMAN E CAHILL, 1990; BENDER, 1993; OGÉCIME, 2016).

Assim, uma política de informação contempla não apenas aquelas relacionadas com arquivos e bibliotecas, mas também aquelas que convergem com outros campos de estudo para possibilitar aos cidadãos o cumprimento de seu direito à informação. Pois, Ao consolidar o novo modelo de sociedade, onde a informação adquire um papel relevante que atravessa todos os setores sociais e econômicos, não pode haver uma regulamentação rígida deste setor (o da informação) senão a prevalência da interdisciplinaridade da mesma; pelo que a sua governança deve ser integrada. (GARCÍA MARTÍNEZ, 2003).

É fundamental a manutenção de pesquisa nessa temática com a ideia de poder contribuir na produção de conhecimento sobre as políticas de informação e no seu planejamento e sua implementação efetivos. Pois, a "informação gerada sobre a temática, em alguns anos abundantes e em outros nem tanto, foi lenta porque se trata de um tema com muitas arestas e poucos avanços na pesquisa” (SÁNCHEZ VANDERKAST, 2005, p.154).

O uso de informações que provêm dos estudos de informação e ciências afins pode ajudar a visualizar novas possibilidades para aprofundar em alguns temas ou subtemas das

políticas de informação, fortalecendo, assim, a pesquisa básica e aplicada na maioria dos estudos sobre essa noção.

Também, consideram-se as análises das políticas de informação, uma das temáticas mais cobiçadas na contemporaneidade devido à transversalidade da noção da informação, o seu valor e os distúrbios que vêm pontuando os desafios multifacetados dos fenômenos infocomunicacionais para/pelos governos, instituições, organizações e outras entidades. A atribuição da particularidade dos estudos complexos de análise das políticas de informação no âmbito do Estado segue, veementemente, assumida e solicitada pela Ciência da informação, por ser uma ciência interdisciplinar que articula diversas áreas e disciplinas de distintos pensamentos científicos em nome do estatuto *social* do conhecimento científico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da sociedade da informação e do conhecimento determinou-se nos países periféricos, em primeiro lugar, para a penetração no mundo industrializado, com foco nas maravilhas da tecnologia, da civilização e do progresso, entre outros. À respeito, as exigências de um apoio político convertem-se em um elemento central para a aproximação desse modelo de sociedade, desenvolvem-se as chamadas “políticas de informação”.

As políticas de informação podem oferecer diversas possibilidades para uma nação; seja como suporte para a criação de emprego, a promoção da cultura e inovação, incentivos para a utilização das TIC, a transparência do governo, o bem-estar de um povo e o crescimento de um país. Também, as políticas de informação para a sociedade da informação e do conhecimento em um país em desenvolvimento dão origem a muitas questões e incertezas e podem ser abordadas a partir de múltiplas perspectivas.

A análise das políticas de informação deve ser entendida como um processo que envolve fatores econômicos, culturais e organizacionais. É comum visualizá-la como um conjunto de atividades interdependentes que se sucedem infinitamente em ciclos: definição de agenda, formulação, adoção, implementação, avaliação e adequação/conformidade do regime político, até que sejam substituídas por outras ou retiradas da agenda do Estado. As fases finais desse ciclo se referem ao caráter dinâmico e impermanente dos processos políticos que necessitam ser constantemente monitorados, avaliados e atualizados, sempre em busca de maior adequação e conformidade. Caso contrário, ela se extingue para dar lugar a outras demandas políticas.

O estudo das políticas de informação, na perspectiva das ciências da informação, se caracteriza por uma série de paradigmas dominantes que lhe são próprios, produto de cursos analíticos mais amplos: efeitos e funcionalismo, ideologia dominante, audiências/consumo, pragmatismo, entre outros. Para suas especificidades territoriais, a sociedade da informação leva, localmente, a hesitações e tentativas e erros. A noção, no seu uso muito normativo, se deixa perder numa lógica de implementação local de novas tecnologias da informação e comunicação que institui um certo desequilíbrio e uma aculturação técnica.

Desta perspectiva, a compreensão ampla e crítica acerca da sociedade da informação e os seus desdobramentos no âmbito do delineamento das políticas de informação localmente adotadas requerem a urgente reincorporação da temática na agenda de estudos estratégicos do campo da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

- BENDER, David. R. **A strategy for international information policy**. Libri. v.43, n.3. Munksgaard, Copenhagen, 1993.
- BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**. v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.
- BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. In: _____ (Ed.). **The emergent global information policy regime**. Braman. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-37.
- BROWNE, Mairead. The field of information policy. 1. Fundamental concepts. **Journal of Information Science**, 23 (4):261-275, 1997 a.
- BOLAÑO, Cesar; MASTRINI, Guillermo; SIERRA, Francisco. **Economía política, comunicación y conocimiento: Una perspectiva crítica latinoamericana**. La Crujía. Junta de Andalucía. Buenos Aires, 2005.
- BUCKLAND, Micheal K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science** (1986-1998); Jun 1991; 42, 5; ABI/INFORM Global. pp. 351.
- CHARTRAND, Robert Lee. Legislating Information Policy. **Bulletin of the American Society for Information Science**, v.12, n.5, p.10. New York, 1986.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**. Editora: UFRJ. Rio de Janeiro, 2004.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em Rede. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. v.1, São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DOMÍNGUEZ ARTEAGA, Rosa Amelia. Políticas de información en México: hacia la conformación de una estrategia nacional. II Conferencia Internacional sobre Brecha Digital e Inclusión Social. **Anais...** Madrid, 2009.

DONZELOT, Jacques; ESTÈBE, Philippe. L'Etat Animateur. **Essai sur la Politique de la Ville, Esprit**. Paris, 1994.

DOSA, Marta. **Across all borders: International information flows and applications: collected papers**. Lanham, Md., & London. Scarecrow Press, 1997.

EISENSCHITZ, Tamara. **Information transfer policy: issues of control and access**. Library Association, 1993

EVANGELISTA, Ely Guimarães dos Santos. **A UNESCO e o mundo da cultura**. Ev733u - Campinas, SP: [s.n.], 1999. 222p.

GARCÍA MARCO, Francisco Javier. El concepto de Información: Una aproximación transdisciplinar. **Revista General de Información y Documentación**, 1998, v.8, n.1, p.303-326.

GARCÍA MARTÍNEZ, Ana Teresa. Política bibliotecaria. Convergencia de la Política cultural y la Política de Información. Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios. **Asociación Andaluza de bibliotecarios**. v.18, n.071, 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ. Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

_____. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, v.32, n. 1, p. 60-76, 2003.

_____. Informação, conhecimento e poder: Do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. In MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita. **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro, 2011.

LE MOËNNE, Christian. Entre formes et normes. Un champ de recherches fécond pour les SIC. **Revue française des sciences de l'information et de la communication**. Paris, 2018.

MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita. **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro, 2011.

MALINVAUD, Edmond. **Éducation et développement économique. Économie de l'éducation**. Économie & Prévision. Paris, 1994. pp. 1-15.

MARTIN, P. Edouard. Inseguridad Cibernética en América Latina: Líneas de reflexión para la evaluación de riesgos. **Documentos de Opinión**. Ieee. es. 2002.

MASSARDIER, Gilles. **Expertise et Aménagement du Territoire. L'Etat Savant**. L'Harmattan. Paris, 1996.

MOORE, Nick. **The information society. Chapter 20.** Policy Studies Institute. United Kingdom, 2014.

MORALES CAMPOS, Estela. El derecho a la Información y las políticas de Información en América Latina. UNAM México. **65th IFLA Council and General Conference**, Bangkok, Thailand, August 20-August 28, 1999.

OGEICIME, Mardochée. **Um olhar sobre políticas da informação na sociedade contemporânea.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, 2016.

OVERMAN, E.S; CAHILL, A.G. **Information policy a study of value in the policy process.** Policy Studies Review 9. USA, 1990.

PHILIPPE, Bénétón. **Introduction à la politique.** Droit et Science Politique. Quadrige, puf. Paris, 2018.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. **Política nacional de arquivos [manuscrito]:** bases conceituais, ações e problemas. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

RUIVO, Fernando. **O Estado Labiríntico. O Poder Relacional entre Poderes Local e Central em Portugal.** Afrontamento. Porto, 2000.

SÁNCHEZ VANDERKAST, Egbert John. Políticas de información: el amplio espectro de la investigación. **Investigación Bibliotecológica:** archivología, bibliotecología, e información. v.19, n.38, 2005.

SANTAELLA, Lúcia. Mediações tecnológicas e suas metáforas. In: _____. **Linguagens líquidas na era da mobilidade.** São Paulo: Paulus, 2007. p. 189- 230.

SANTOS, Boaventura Sousa. Pela Mão de Alice. **O Social e o Político na Pós -modernidade.** Afrontamento. Porto, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record. 20ª edição, 2012.

SEBASTIÁN et al. La Necesidad de Políticas de Información ante la nueva sociedad globalizada. **Ciencia da Informação.** 2000, v.29, n.2, mayo-agosto, p. 22-36.

SCHOFIELD, John; SZYMANSKI, Rosy. **Local Heritage, Global Context: Cultural Perspectives on Sense of Place.** Ashgate Publishing, Ltd., 2011.

TERRA, Ana Lúcia. **Políticas de informação para bibliotecas digitais:** conceitos e componentes. Instituto Politécnico do Porto, Portugal, 2013.

TRIVINHO, Eugênio. Dromocracia, cibercultura e transpolítica. In: _____. **A dromocracia cibercultural:** lógica da vida humana na civilização mediática avançada. São Paulo: Paulus, 2007. p. 46-87.

UNESCO. **La UNESCO y la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información**, Sueca, 2003.

UNGER, R. J. G.; FREIRE, I. M. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n.2. 2008.

WEBSTER, Frank. **Theories of the information society**. 2da ed. London: Routledge, 2002.

WORLD BANK. **Building knowledge economies**: advanced strategies for development. World Bank, Institute Development Studies. Washington, 2007.